

MANIFESTO PELA SUSPENSÃO IMEDIATA DOS CONTRATOS DE PROSPECÇÃO E EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS ATÉ QUE SEJAM DADOS OS DEVIDOS ESCLARECIMENTOS PÚBLICOS

As pessoas e entidades abaixo assinadas, membros do Conselho Geral da Rota Vicentina, solicitam ao Governo de Portugal que suspenda os contratos de prospecção e exploração de hidrocarbonetos no Algarve e Costa Alentejana, por entenderem não estarem respondidas várias questões de suprema importância para a região e também para o país, particularmente num sector em francas alterações estruturais como é o da energia – quer ao nível da produção quer ao nível da distribuição/comercialização quer ainda do consumo.

Os motivos para esta posição são os que se seguem:

1. Os **contratos** em causa referem-se a prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de hidrocarbonetos, tendo sido assinados pelo governo **sem qualquer discussão ou participação pública** dos agentes locais ou da sociedade civil a nível nacional. Por essa razão, entendemos que **não são legítimos** e que em caso algum pode essa discussão tão estratégica para o país ser adiada para uma fase pós-prospecção, quando os compromissos com os investidores terão uma suspensão muito dificultada (e dispendiosa).

2. A lei que rege estes contratos é de 1994 (DL 109/94), o que em si é também um factor de ilegitimidade. Se a realidade ambiental e energética mudou radicalmente ao longo destes 22 anos, também uma lei com esta importância tem que ser revista e adaptada às exigências da sociedade actual antes de servir de base a contratos que vinculam o Estado Português por 3 ou 4 décadas. Também por esta razão, consideramos estes **contratos ilegítimos**.

3. Apesar de os três contratos serem em áreas offshore e se situarem fora dos limites do PNSACV (Parque Natural do Sw Alentejano e Costa Vicentina) e de muitas outras classificações que cobrem esta costa pelo seu interesse especial (Rede Natura 2000 e outras mais específicas), **o riscos da sua operacionalização incidem directamente sobre esta área protegida**, em terra mas sobretudo no mar. Os riscos de acidentes numa zona de falha sísmica são acrescidos, o que num Parque Natural onde há mais de 20 anos as populações foram obrigadas a condicionar as suas vidas e os seus investimentos em prol da conservação da natureza, nos parece um contra-senso e uma ofensa à comunidade e agentes locais.

4. Tem sido estratégia regional e local o desenvolvimento do **turismo sustentável e da valorização dos recursos endógenos**, para os quais contribuíram largos milhões de euros em fundos europeus, Planos Estratégicos Sectoriais e Planos de Ordenamento diversos. Investimentos públicos e privados deram resposta ao desafio da sustentabilidade e esta costa é hoje um dos melhores destinos de turismo activo da Europa, como o provam inúmeras certificações, prémios e nomeações obtidos pela Rota Vicentina e pela região, o último dos quais a inclusão da Costa Sudoeste na lista indicativa da UNESCO. Os investimentos feitos tiveram um desígnio comum que não pode agora ser posto em causa por uma prática industrial condenada pela esmagadora maioria dos turistas que procuram este destino de natureza, não por acaso. Independentemente dos impactos que venham a ocorrer, a **mera possibilidade agora levantada** pode arruinar décadas de um trabalho difícil, levado a cabo por micro-empresários e suas famílias e cada vez mais abraçado por municípios e empresas do sector turístico.

5. Os contratos de áreas onshore prevêem o recurso ao **fracking**, condicionando-o a um estudo de impacto ambiental. Este facto revela mais um total desrespeito pelo caminho de sustentabilidade que tem sido conquistado por toda a região e também pelo país, sendo o fracking uma prática altamente invasiva, conforme tem sido confirmado por todos os especialistas ouvidos nesta matéria nos últimos meses, incluindo os próprios concessionários.

6. As **contrapartidas para o Estado** previstas nos contactos são claramente insuficientes para que se possa sequer ponderar este caminho, particularmente porque se podem fazer sentir num prazo tão alargado que pode significar um total declínio do mercado dos combustíveis fósseis.

7. Não só são insuficientes as **contrapartidas** garantidas pelos contratos para o Estado, como não há qualquer referência às **que se destinam à região**; Naturalmente que o petróleo existirá, tudo depende do valor investido na prospecção. Se o Estado não pode exigir uma percentagem elevada do retorno porque o risco é grande, claramente poderá não ser um bom negócio para Portugal e menos ainda para a região. Adicionalmente, também não são conhecidas exigências ao nível da **segurança** e não se conhecem meios para fazer face aos mais que prováveis **impactos ambientais. Impactos sociais e económicos** devem ser igualmente estudados **antes de se avançar para a prospecção**, para que seja muito claro o preço a pagar por este investimento, e por quem.

8. O Mundo e o País estão a assumir **compromissos internacionais** cada vez mais exigentes no que diz respeito à descarbonização da economia e desaceleração do aquecimento global. Se é verdade que não poderemos deixar de depender dos hidrocarbonetos repentinamente, também é verdade que devemos canalizar o quanto antes os nossos recursos - públicos e privados - para o desenvolvimento de energias alternativas, quer do ponto de vista da produção, quer do ponto de vista do consumo.

9. Este investimento é um **atentado directo à economia local**, assente nomeadamente no turismo de natureza, nas pescas e na agricultura.

10. **Se Portugal tiver petróleo/gás** e se avançar com a exploração, iremos inverter um caminho de desenvolvimento sustentável que custou anos de esforço a toda a região; **se não tiver** e o processo ficar pela prospecção, levantámos uma péssima imagem para o país e a região, perante turistas, potenciais investidores mas sobretudo população local, que deixará de acreditar nos "apelos em torno de uma estratégia comum".

11. **População, ambientalistas, autarquias e empresas do Algarve estão unidos** na posição contra esta indústria na região. Por si só, este deve ser motivo suficiente para suspender os contratos e rever as condições em que foram baseados.

12. **Não há qualquer razão** claramente apresentada para se avançar com a prospecção ou exploração de hidrocarbonetos em Portugal ou no Algarve, a não ser uma total falta de clareza e estratégia para o país - a par do **interesse das concessionárias**. Exigimos que todos os aspectos deste processo sejam clarificados antes de se avançar para este primeiro furo da ENI-GALP ou qualquer outro no Algarve ou na Costa Alentejana.

São signatários/signatárias:

1. Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo
2. Almargem – Associação de defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
3. Associação Bandeira Azul da Europa
4. Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur
5. Associação de Marisqueiros de Vila do Bispo e Costa Vicentina
6. Associação de Turismo do Algarve
7. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljezur
8. Clube de BTT de Odemira
9. Juntas de Freguesia do Concelho de Aljezur
10. Juntas de Freguesia do Concelho de Vila do Bispo
11. Juntas de Freguesia do Concelho de Odemira
12. Juntas de Freguesia do Concelho de Santiago do Cacém
13. Juntas de Freguesia do Concelho de Sines
14. Liga para a Protecção da Natureza
15. Madalena Victorino (Coreógrafa e Programadora Cultural)
16. Município de Aljezur
17. Município de Vila do Bispo
18. Paula Canha (Bióloga e Professora)
19. Região de Turismo do Alentejo
20. Região de Turismo do Algarve
21. Rota Vicentina – Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina
22. TAIPA Odemira - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado
23. Universidade de Évora
24. Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste

Odemira, 19 de outubro de 2016

Este Manifesto será enviado para as seguintes pessoas / entidades:

1. Presidente da República
2. Presidente da Assembleia da República
3. Primeiro-Ministro
4. Ministro do Ambiente
5. Ministra do Mar
6. Ministro da Economia
7. Secretário de Estado do Ambiente
8. Secretário de Estado adjunto e do Ambiente
9. Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
10. Secretário de Estado da Energia
11. Secretário de Estado da Indústria
12. Secretária de Estado do Turismo
13. Comissão Parlamentar da Agricultura e do Mar
14. Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder local e Habitação
15. Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
16. Comissão de Assuntos Europeus
17. Grupos parlamentares: PPD/PSD, PS, PCP, PEV, BE, CDS-PP e PAN
18. Director-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
19. Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis
20. Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente
21. Presidente da CCDR do Alentejo
22. Presidente da CCDR do Algarve
23. Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
24. Associação de Municípios do Algarve
25. Município de Santiago do Cacém
26. Município de Sines
27. Município de Odemira
28. Município de Aljezur
29. Município de Vila do Bispo
30. Associação das Freguesias do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
31. Todos os membros do Conselho Geral da Rota Vicentina
32. Comunicação Social